

## EDITORIAL

A avaliação do trabalho realizado na Universidade é uma tarefa que se impõe. O que no entanto se deve refletir é sobre os parâmetros capazes de avaliar de modo mais adequado possível, uma atividade tão específica e importante para a sociedade. Quais os parâmetros capazes de avaliar a qualidade e relevância desta atividade? Como fazer do processo avaliatório um momento de realização do comportamento crítico – fundamental para a produção de uma teoria capaz de explicitar o mundo em que vivemos?

Vivemos um momento na história do Brasil em que se tenta, por todos os meios, desqualificar a Universidade Pública e seu papel na sociedade brasileira. Momento este em que o “institucional se tornou hegemônico, e a burocracia, com sua lógica e padrões bem definidos (que certamente distanciam-se das necessidades da pesquisa e da formação de alunos) invade a universidade numa tentativa de capturá-la. Padrões de “competência e quantidade” tentam se impor de “fora” para dentro da Universidade e longe de estimular ou promover o desenvolvimento da pesquisa tendem a impor-lhe “uma camisa de força”.

As instituições de pesquisa – cada vez mais burocratizadas, longe de assumir um papel na criação das bases para o desenvolvimento da pesquisa, têm insistentemente, através de suas regras e sucessivas mudanças, invadido o trabalho acadêmico com exigências burocráticas que nos tiram – por horas – da pesquisa e dos livros para satisfazê-los – e o que é mais grave, são ajudados nesta tarefa por professores, – geralmente aqueles que abdicaram da carreira acadêmica para flutuar em torno da “burocracia”

No que se refere, especificamente, à AVALIAÇÃO realizada pela Comissão escolhida pela CAPES para avaliar o programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da USP, temos a dizer que, antes de estimular um debate inteligente e profícuo sobre nosso programa – com

críticas pautadas em parâmetros coerentes com o sentido do trabalho de ensino e pesquisa, capazes de permitir um avanço apontando falhas nos caminhos que percorremos em nosso trabalho de formação e da pesquisa -, nos move em direção a um debate que aponta para o “modo” como se realizam as avaliações da Universidade.

Esperava-se que a avaliação pudesse se basear em critérios exclusivamente acadêmicos. Mas o que se viu foi a tentativa – ingênua – do ponto de vista acadêmico – de desqualificar o programa de pós do DG – USP, furtando-se a uma análise crítica de nosso trabalho – o que parece revelar uma estratégia de descompromisso com a academia e com a elaboração/construção do pensamento geográfico no Brasil.

O que nos motiva – a nós geógrafos – é a possibilidade de juntos criarmos as bases de construção de um pensamento geográfico, crítico e capaz de proporcionar um entendimento do mundo neste final de século, a partir da Geografia. O conhecimento, todos sabemos, só se realiza através do exercício da crítica, mas esta tem sido descartada como procedimento científico em detrimento da desqualificação pura e simples da Universidade. No momento em que a Universidade vem sucessivamente vendo sua autonomia se despedaçando no ar, os recursos das Instituições de pesquisa vêm no sentido de permitir a realização do trabalho de formação e pesquisa que jamais deveria ter sido abdicado pela Universidade. Com isso, em função da perda da autonomia, a Universidade vem perdendo também seu sentido fundamental – de poder decidir, efetivamente, sobre a realização da pesquisa – temas e caminhos – enquanto elemento fundamental da construção do conhecimento e da formação do aluno.

Nesse processo de desqualificação da Universidade no Brasil – os pesquisadores e a pesquisa estão nas mãos da burocracia institucional que inva-

de nosso cotidiano impondo regras e decidindo rumos sem nenhum compromisso com o real sentido da Universidade Pública.

Um programa de pós – graduação se impõe pela sua capacidade de pesquisa e de formação de uma “massa crítica “ capaz de pensar o mundo – pela possibilidade de construção de um pensamento crítico que dê conta da explicitação da realidade – que possa contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento do conhecimento geográfico – e não pela tentativa de desqualificação do outro.

O programa de pós graduação em Geografia Humana do DG vem sendo sistematicamente “torpedeado” pelos avaliadores da CAPES. A quem vem interessando esse comportamento? Por que há quase duas décadas não há membros deste Departamento participando das Comissões de Avaliação da CAPES?

O critério de avaliação da atividade acadêmica impõe uma avaliação de conteúdo, evidentemente, mas alguns dados podem ser elucidativos no sentido de desvendar o comportamento dos avaliadores que concederam a nota 4. O corpo docente e discente deste programa de pós publicou no período de avaliação 650 trabalhos. Quatorze de seus professores publicaram 23 livros – sendo que dois deles mereceram o prêmio Jaboti – da Câmara Brasileira do Livro de São Paulo – e 29 capítulos de livro (no Brasil e no exterior). Seus orientadores levaram à defesa 44 Dissertações de Mestrado e 31 Teses de Doutorado. Existem no Depar-

tamento 16 linhas de pesquisa – que servem atualmente de orientação teórico- metodológica para a realização de cerca de 250 pesquisas.

Convém não esquecer que o DG da USP participa de uma rede de intercâmbio internacional que faz dele um centro importante de debate em torno da produção geográfica internacional. E porque não dizer que uma parte significativa dos orientadores dos programas de pós-graduação das Universidades Brasileiras realizam /realizaram seu doutorado na USP, muitos destes cursos reconhecidos, como cursos de excelência pelas Comissões da CAPES. Talvez possamos tomar tal atitude como uma forma indireta, mas efetiva de reconhecimento, pela CAPES, de nosso trabalho – o que torna ainda mais questionável a avaliação da Comissão da CAPES.

A Universidade precisa ser avaliada, disso ninguém tem dúvida. O problema que se coloca é o “modo” como esta deve ser feita, capaz de ir ao encontro dos objetivos e fundamentos do trabalho acadêmico. O que significa que, antes de tudo, a avaliação deve ser norteada por parâmetros estritamente acadêmicos, capazes de ter como preocupação central “o exercício da liberdade” de pensar diferente “e a possibilidade de explicação do mundo”

De resto, a burocracia vem cumprindo seu papel, de forma brilhante – nos tira da pesquisa para elaborar “recursos” preencher formulários, fazer relatórios, etc.

Ana Fani Alessandri Carlos  
Ariovaldo Umbelino de Oliveira